

## **Contra uma avalanche verde, aposta nos territórios do futuro**

*Lívia Duarte, da FASE*

Em 2001, o dicionário Houaiss não dava nenhuma notícia do que poderia ser “economia verde” – ao contrário da economia de escala, de guerra, de mercado, de palitos, dirigida, doméstica, e muitas outras. Ainda agora, passados dez anos, o conceito não pode ser compreendido com a clareza dos dicionários. No entanto, já faz parte de documentos da ONU, acompanhados ou não da definição necessária aos conceitos que determinarão nosso jeito de viver. O documento “zero” da Rio+20 é um bom exemplo: o adjetivo “verde” acompanha o substantivo “economia” quase 40 vezes em 20 páginas. No entanto, não achamos ali a definição para o novo conceito.

As possíveis definições constam em outras peças diplomáticas e no discurso de corporações e governos. E não parecem apontar para um modo de viver radicalmente diferente do atual, mas para o aprofundamento da forma de produção e consumo dominante no mundo, que gera desigualdades entre países e povos, além de múltiplas crises, como a ambiental.

Pablo Sólon, que foi embaixador da Bolívia na ONU, lembrou que no momento da convocatória, a Rio+20 deveria ter sido, fundamentalmente, um espaço de avaliação dos avanços de cumprimento da Agenda 21 (acordada na Eco 92) e, quem sabe, motivadora de seu fortalecimento. A economia verde, no primeiro momento, era um tema em discussão. Algo secundário. Por pressões de diversos atores, especialmente países da União Europeia, se transformou em central – mesmo, segundo Sólon, não tendo aceitação unânime entre as nações.

Na opinião dele, a falta de definição do termo “economia verde” para a Rio+20 é um enorme risco. E não considera que estejamos falando apenas de um novo slogan: “Os entusiastas dizem que economia verde é tudo: separar o lixo, indústrias limpas, estar com Pachamama, vender créditos de carbono, tudo isso pode ser economia verde. E por isso não definir esta economia no documento. Se aceitamos isso, assinamos um cheque em branco”, avalia o ex-embaixador, explicando que a Rio+20 não será o lugar de fechar tratados. “O que querem é o mandato para formular a arquitetura institucional necessária a criar este mercado de bens intangíveis. Depois, o processo vai se dar praticamente sozinho”, vaticina. E segue: “Se não temos uma posição categórica de repúdio à economia verde seremos cúmplices do lançamento de um dos maiores negócios de roubo da natureza que será lançado no Rio de Janeiro, em junho. É muito complicado porque há muitos interesses e um mercado multimilionário que não vai resolver nada, mas eles esperam, vai reverter as taxas decrescentes de lucro do sistema capitalista”.

E foi em busca de uma “outra economia” que representantes de entidades e movimentos sociais “críticos à economia verde” se reuniram no seminário “Rumo à Rio+20: Por uma outra economia”.

Além de expor alguns elementos que os fazem “críticos”, concluíram que para encontrar um novo modo de viver não é preciso sair do zero. Como sintetizou Maria Emília Pacheco, da FASE, não faltam práticas à margem da hegemonia, além de conceitos em construção - o bem-viver, os bens-comuns, o decrescimento-; valores sendo reforçados, como a justiça ambiental; e lógicas que não se regem pela subordinação direta, como a economia do cuidado – para a qual apontam as feministas - e a economia da reciprocidade, seguida por comunidades tradicionais e camponesas ao redor do globo. Também a insurgência de novos direitos, estes coletivos, em oposição aos mecanismos de propriedade privada ou intelectual, podem ser levados em conta, somados aos direitos dos agricultores, dos povos e da natureza (como já figura em duas constituições latino-americanas).

O desafio, portanto, estará em tornar visíveis práticas tão plurais quando um encontro mundial do tamanho da Rio+20 aponta, exclusivamente, para a velha economia que vivemos, agora pintada de verde.

### **Avalanche verde**

Algumas constatações eram consensuais àqueles que chegaram ao seminário realizado em uma das pequenas salas da antiga casa do centro de Porto Alegre que abriga o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Uma delas, talvez a mais forte, era de que vivemos um ciclo de crises nunca antes experimentado pela humanidade.

Jean Marc von der Weid da ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, fez uma leitura do quadro atual acentuando as questões ligadas à agricultura: “parecemos olhar para as profecias de Nostradamus. As crises parecem estar se integrando e se fortalecendo umas às outras”. O economista enumerou alguns aspectos para mostrar como o modelo hegemônico de agricultura simplesmente é insustentável em longo prazo: os recursos minerais usados para fabricação de adubos nitrogenados estão desaparecendo; o modelo é completamente baseado em petróleo e não faltam questionamentos sobre os limites de sua exploração; a degradação do solo chega a níveis alarmantes: calcula-se que já atinge 22% das terras férteis do mundo. “Desaparecem ainda as culturas agrícolas tradicionais. Isso tem uma significação que vai além da perda ambiental e do material genético. Perdemos também o conhecimento. Esse é um problema grave para o futuro”, preocupa-se, lembrando que neste cenário, questões antigas e não resolvidas no Brasil, como a reforma agrária, são ainda mais necessárias.

Pablo Bertinat, do programa Cone Sul Sustentável, também falou do momento de crise, salientando os problemas da matriz energética mundial, ainda concentrada no petróleo, diante do aquecimento global. E sintetizou outro ponto de acordo – aliás, desde a convocatória do seminário: a crítica à economia verde. “Hoje a lógica de resolução de problemas é a mesma [da Eco 92], mas com um passo a mais, que é a economia verde”, afirmou. Para Bertinat, calcular o “capital natural” e argumentar que a medida é necessária para que as corporações tenham interesse na preservação é um erro. Afinal, revela, “a finalidade deste processo é encontrar outros meios para a acumulação de capital com o objetivo de superar a atual crise financeira. E fica claro que nada muda no sistema atual”.

Lúcia Ortiz, do Núcleo Amigos da Terra Brasil, seguiu no mesmo sentido, enfatizando uma aceleração dos processos e também a diminuição de transparência no que diz respeito às negociações e conferências das Nações Unidas. Lúcia também destacou que as corporações, dentro e fora da ONU, reafirmam seu poder. E que se antes a apropriação era dos bens públicos – via privatização – agora é dos bens comuns – via abertura de mercados na economia verde. Para ilustrar a percepção de Lúcia, podemos voltar ao documento base da Rio+20: em diversas ocasiões o Rascunho Zero enfatiza “o importante papel do setor privado no caminho para o desenvolvimento sustentável”.

Mas a ação dos governos, que têm por trás tantos interesses e com diferentes níveis de força, também foram questionados. Camila Moreno, da Fundação Heinrich Boell, analisa que “sem a ação autoritária e impositiva dos governos as corporações não poderiam fazer nada”. Ela enumerou diversos processos – seja as sínteses e documentos elaborados por agências da ONU, por coalizões de bancos ou por agências de consultoria que atuam junto a corporações e governos - que mostraram o avanço da chamada economia verde como realidade, agora em processo de regulamentação – inclusive no Brasil, por exemplo com a tramitação de lei para o pagamento por serviços ambientais.

Vale dizer que já existe, inclusive, uma metodologia para medir o valor de mercado do que antes era considerado bem comum: ar, água, biodiversidade, etc. A metodologia está em um estudo chamado Teeb (A economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, na sigla em inglês), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e lançado na última Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica em 2010. “O Brasil pode transformar, por exemplo, o carbono estocado na floresta Amazônica em uma variável macroeconômica. Ou seja, a economia verde brasileira ‘vai bombar’ porque subitamente a água doce vai ser somada às riquezas nacionais. Nada contra contabilizar. A questão é: dentro de qual projeto isso se insere e para quais fins? E os fins são lançar isso em um mercado de commodities e, pior ainda, de financeirização e de uma série de produtos financeiros atrelados a estas commodities”.

Outro ponto especialmente destacado por Pablo Sólon é o papel do Brasil na conferência. O ex-diplomata boliviano lembra que o país será mais que um simples anfitrião, inclusive porque também quer “negociar seu pedaço” em um novo negócio no qual pode ser naturalmente privilegiado pelos recursos que estão em seu território. A isso, o canadense Pat Mooney, do ETC Group, adicionou que a pressão sobre o Brasil estará duplicada na Rio+20 visto que hoje brasileiros ocupam dois cargos-chaves na ONU nesta área: José Graziano da Silva é diretor geral da FAO, órgão para alimentação e portanto, a cargo de parte da diversidade biológica do mundo e, agora, a cargo de outra parte, Bráulio Ferreira de Souza Dias, recém-escolhido como Secretário Executivo do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Mooney também lembrou que o mundo não pára de girar depois da Rio+20. Assim, aconselhou: “devemos estar atentos a outros encontros mundiais, como a próxima Conferência das Partes sobre Biodiversidade Biológica, onde podem ser concretizados os mecanismos para o mercado verde”.

## **Aposta nos “Territórios do Futuro”**

Se o contexto geral é de crise – e do ponto de vista ambiental nunca se viu tanta degradação como nos últimos 20 anos – também podemos apontar como consenso entre os críticos à economia verde que está clara a necessidade de denúncia sobre os responsáveis pela tragédia anunciada.

Mas denunciar como? Denis Monteiro, da Articulação Nacional de Agroecologia, aponta um dos caminhos. Para ele, mais que levantar números é preciso mostrar à sociedade a gravidade do problema a partir do concreto: as secas, as enchentes das grandes cidades, as doenças, a poluição, os agrotóxicos que contaminam alimentos, água, solo. “Tudo isso já é sentido com clareza pelas populações em seus territórios e mostra que as crises realmente estão aí”, comenta. Do mesmo modo, também as soluções estão nos territórios, como aponta Jean Pierre Leroy, da FASE, ao tratar de um conceito com crescente importância, o de bens comuns, que inclusive figura no documento de convocação da Cúpula dos Povos. Para ele, também os territórios podem ser considerados como bens comuns, aqueles bens, materiais ou não, geridos por grupos para bem de todos, lugares de conflito e relações sociais.

Na opinião de Jean Marc, da ASPTA, a diferença entre hoje e há 20 anos está, entre outros pontos, na solidez das práticas que respeitam as pessoas e o ambiente, como a produção de alimentos saudáveis na agroecologia. São muitas as experiências espalhadas pelo mundo. Soma-se a isso que são numerosas as pesquisas sérias, inclusive financiadas pela própria ONU, que comprovam serem soluções para os problemas ambientais e sociais que enfrentamos atualmente. É preciso tornar visíveis essas práticas que também se materializam nos territórios. No entanto, a questão não se restringe a visibilidade: ao argumentar que a agroecologia só é possível com reforma agrária e campesinato, Jean Marc nos lembra que o debate sobre as alternativas está no plano político.

Jean Marc não foi o único a enfatizar a importância da agricultura familiar para o futuro do planeta. Enquanto Pat Mooney desfiou uma enorme quantidade de estatísticas que mostram como a agricultura familiar é melhor diante das mudanças climáticas por ser mais flexível e adaptável, preservar a biodiversidade, conservar os solos, etc; Silvia Ribeiro, também do ETC Group, foi taxativa ao mencionar o trabalho dos camponeses, que ao contrário do que pode sugerir o marketing das empresas, ainda alimenta certa de 80% da população mundial: “A agricultura ecológica é imprescindível”.

Fátima Mello, da FASE, também aposta na materialidade para denunciar e mostrar as alternativas. Por isso construir na Cúpula dos Povos um “Território do Futuro”, mostrando as práticas que apontam para outra economia. “Mas é preciso que a sociedade saiba que o que chamamos alternativo, como a agroecologia, nunca será massificado se isso não passar pela política”, afirmou lembrando que lutas como o levante de Chiapas no México em 94 e coalizões contra o Nafta, que desembocaram nos protestos de Seattle em 1999 e no Fórum Social Mundial no início do século, partiram também de situações muito concretas e mudaram o contexto político depois de uma década. A Cúpula dos Povos, na opinião de Fátima, pode ser um ponto importante para a acumulação de força política, para novas convergências e para abrir um grande diálogo com a sociedade sobre os rumos possíveis. Não é por outro motivo, comenta, que o Comitê Facilitador da Cúpula dos Povos, do qual faz parte, escolheu realizar a Cúpula no Aterro do Flamengo – quando o evento oficial da ONU será no Riocentro, distante da área central do Rio de Janeiro. Com isso, o debate sobre outra economia segue para um espaço reconhecidamente público, que poderíamos considerar bem comum da cidade.

O seminário "Rumo à Rio+20: Por uma outra economia" foi organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia; FASE - Solidariedade e Educação; FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária e Núcleo Amigos da Terra Brasil e SOF - Sempreviva Organização Feminista.

## **Afinando o discurso contra a Economia Verde**

Raquel Júnia - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) - Seminário debate os conceitos e negócios por trás do modelo que será defendido pela ONU na Rio+20 e expõe os riscos da Economia Verde para a qualidade de vida no planeta.

No "esboço zero", documento divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como base das discussões da Rio+20 -Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - fica claro que a proposta defendida pela Organização durante o evento será a da Economia Verde. A Rio+20 vai acontecer em junho de 2012, no Rio de Janeiro, e, paralelamente, movimentos sociais e outras entidades da sociedade

civil organizarão a Cúpula dos Povos, que pretende questionar as soluções da ONU para a atual crise ecológica. "Disfarçada de uma agenda ambiental, a Rio+20 traz uma agenda política muito importante. Podemos fazer uma comparação com os ajustes estruturais neoliberais que aconteceram na década de 90. Naquela época, se formou o famoso Consenso de Washington, para liberalizar os serviços públicos e colocar em curso todos os processos de privatização que nós vimos nas décadas de 1990 e 2000. E agora que o capitalismo está em crise, ele tenta se inovar e forjar novas formas de acumulação que precisam dos Estados, das políticas públicas e de leis para oferecer novas fronteiras de acumulação. E essas fronteiras estão em grande parte no meio ambiente. A economia verde consiste em 'comodificar', tornar papel moeda, todos os componentes da natureza, seja a biodiversidade, a água ou o carbono", explicou Lúcia Ortiz, do Núcleo Amigos da Terra Brasil, durante o Seminário Rumo a Rio+20: por uma outra economia, realizado em Porto Alegre, durante os dias 23 e 24 de janeiro.

O seminário foi organizado por algumas das entidades que compõem o Comitê Facilitador da Cúpula dos Povos - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), Fase - Solidariedade e Educação, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Núcleo Amigos da Terra Brasil e Sempreviva Organização Feminista (SOF). Durante dois dias de discussões, representantes dessas e de outras organizações do Brasil e de outros países detalharam os acordos que a ONU pretende fechar na Rio+20 e o modelo de desenvolvimento que a organização defende. "Precisamos manter um campo crítico, porque virá com muita força a tentativa de legitimação das corporações, articuladas em torno da economia verde. Precisamos reunir argumentos críticos contra isso e mostrar nossas experiências contra-hegemônicas levando para o debate público nossas propostas", definiu a coordenadora da Fase, Fátima Melo, na abertura do seminário.

Para Pablo Bertinat, da organização argentina Taller Ecologista, duas décadas após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco 92, o balanço é de que não houve nenhum avanço nas políticas para frear o processo de degradação do meio ambiente e da qualidade de vida no planeta. "Quando fazemos a revisão dos 20 anos da Eco 92, percebemos indicadores preocupantes. Há mais gente vivendo na miséria e um incremento na perda de biodiversidade. Isso mostra que as propostas da Eco 92, implementadas através da Agenda 21, são um grande fracasso. A alternativa que permeou a Eco 92 foi a liberalização do comércio e a maior circulação de mercadorias. Da década de 1960 até 2010, foram incrementados os processos de circulação e acumulação de capital e as exportações mundiais cresceram. As exportações da China, por exemplo, cresceram 268%, do Brasil, 32%, e da Argentina, 21%, mas os problemas do meio ambiente e das pessoas continuam", disse.

De acordo com Camila Moreno, coordenadora de sustentabilidade da Fundação Heirich Böll, também presente no seminário, o pilar do novo momento de acumulação do capital que representa a economia verde é o conceito de capital natural. "Eles não estão inventando a roda, simplesmente olharam para o que já está criado e disseram: 'como não nos demos conta de que as abelhas prestam um serviço e que isso tem um valor! Se não tivéssemos as abelhas, quem iria polinizar?' Então, se contabilizam todos esses processos. Existem cálculos, por exemplo, sobre o quanto deve-se pagar pela vazão de metro cúbico de água por segundo. É isso que as corporações e os governos irão tentar legitimar na Rio+20", explicou. "Assim, a água doce disponível do Brasil vai ser transformada em algo que será contabilizado na riqueza nacional. Nada contra contabilizar os recursos naturais, a questão é dentro de qual projeto isso se insere e para quais fins. E os fins são lançar isso no mercado de commodities", acrescentou.

Para Pablo Solon, ativista boliviano que já representou o seu país nas negociações da ONU sobre a Rio+20, é preciso ter uma posição categórica de rechaço à economia verde. "Se não fizermos isso, seremos cúmplices do lançamento de um dos maiores negócios de saque dos serviços da natureza, que será lançado no Rio de Janeiro, durante a Rio+20. Há muitos interesses e milhões de dólares em jogo. O mercado de carbono está em crise, mas gera 180 milhões de dólares ao ano. Então, estamos falando de um mercado multimilionário que, conforme acreditam, reverterá essa taxa decrescente de ganhos do sistema capitalista", alertou.

## **Especialistas dizem que ONU e governos estão cooptados pelas corporações**

Os participantes falaram também sobre a cooptação da ONU pelas grandes empresas multinacionais que, segundo eles, têm hoje um peso muito maior nas decisões da Organização do que os próprios países. De acordo com Lucia Ortiz, já na avaliação feita dez anos depois da Eco 92, foi reforçado o discurso de que os estados não conseguiam gerir os recursos naturais e, paulatinamente, as corporações foram sendo legitimadas. "Existia o discurso de que a ONU estava falida e os estados não conseguiriam gerenciar o meio ambiente, mas as corporações iriam ajudar. E as corporações serão legitimadas finalmente como grandes atores indutores, promotores ou agentes do desenvolvimento sustentável", lembrou. Lúcia acrescentou que, diante da crítica e das tentativas dos movimentos sociais de controlar as ações dessas multinacionais e criminalizá-las pelos danos ambientais que causavam, foram inventados outros conceitos e mecanismos que novamente apostavam nas empresas como agentes do desenvolvimento sustentável. "A resposta a essas críticas lá em Joanesburgo [na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 10] foi a responsabilidade social corporativa. O discurso era: 'basta que as corporações criem os seus balanços sociais, ONGs e fundações para ajudar no desenvolvimento sustentável e coloquem isso em seus relatórios'. E o rascunho zero da Rio +20 propõe a mesma coisa: 'as corporações precisam melhorar os balanços de sustentabilidade', diz o documento. Para eles, isso é o controle das corporações", criticou.

Para Lucia, o problema é ainda mais grave porque além das corporações terem "capturado" a ONU, com uma grande presença nas convenções da Organização e, inclusive, com assentos e uma grande visibilidade, essas multinacionais têm presença muito forte também nos governos. "Não importa o partido, são as mesmas corporações que financiam todas as campanhas, e todos os governos estão ali a serviço de todas essas corporações. Junto aos governos e ONGs que elas financiam, as corporações articulam as políticas que definirão as formas de ajuste para o novo ciclo de acumulação do capitalismo", reforçou.

Camila Moreno observou que, desde 2006, todas as agências da ONU consolidaram informes sobre a economia verde, como os Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para o Meio Ambiente (Pnuma), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ela explicou que, da mesma forma, os principais bancos, os think-thanks corporativos (agências que forjam o pensamento corporativo e atuam em fortes setores de lobby) e as organizações que Camila chamou de "ONGs de mercado", além das consultorias, estão construindo as bases para o capitalismo verde. "Essas consultorias estão atuando não apenas para empresas, mas também para países. No Brasil, a consultoria McKinsey & Company foi a que mostrou o plano de desenvolvimento de baixo carbono para o país. Todos os agentes públicos que eu pude assistir em 2008 e 2009 fazendo apresentações - ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Planejamento - usavam os slides dessa consultoria. E eles contavam achando muito bom que quem pagou essa consultoria caríssima foi o governo da Inglaterra. A história que eles contavam parecia uma história colonial ou uma telenovela mexicana. Diziam que o príncipe Charles foi à Amazônia, se emocionou e disse que precisava ajudar o Brasil. Então, ele pagou essa consultoria, que é um plano de negócios para o país se aventurar na incrível aventura da economia verde. A McKinsey & Company também foi a principal formuladora de políticas públicas na Guiana, na Indonésia, na Bacia do Congo, viajou o mundo inteiro", informou.

De acordo com Camila, as universidades estão reproduzindo o discurso hegemônico da economia verde como a solução para a crise ambiental. Ela recomendou a leitura de um documento chamado Visão 2050, escrito pelo Conselho Empresarial Brasileiro pelo Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Segundo Camila, o documento é uma versão brasileira de outro documento que foi construído pela principal coalizão de corporações internacionais. "O documento divide o período de 2010 até 2050. Eles fazem um corte e chamam o período de agora até 2020 de adolescência turbulenta. E, daí em diante, consideram como a consolidação de um novo futuro. É interessante porque o planejamento de políticas públicas no Brasil, na União Europeia e em vários países também faz um cronograma até 2020, até porque é nesse período que começa a valer o novo acordo climático, e depois continuam até 2050. Com isso, podemos perceber que essas metas não estão dissociadas de um planejamento que já está em marcha, que visa uma redivisão do trabalho, mas principalmente da acumulação de capital", detalhou.

A pesquisadora falou também sobre o recente lançamento da chamada Bolsa Verde do Rio de Janeiro, um dos aparatos já criados pelo governo do estado para operar as transações das commodities da natureza no âmbito da economia verde. Camila relatou que o presidente da bolsa é o brasileiro Pedro Costa Moura,

criador em Oxford da Eco Securities, uma empresa que foi comprada em 2008 pelo banco Morgan Stanley. "Essa transação entre a primeira companhia internacional de vendas de serviços ambientais comprada por um banco do porte do Morgan Stanley foi o sinal de que o sistema financeiro entrou na fase dos ativos ambientais. E o Pedro Moura, que é o arquiteto de tudo isso, foi trazido a peso de ouro para o Brasil para ser o presidente geral da Bolsa Verde do Rio. Embora a bolsa tenha sido inaugurada em dezembro, vão fazer como em Wall Street [bolsa de valores de Nova York] e vão bater o sino para iniciar as negociações durante a Rio+20", comentou.

Segundo Camila, a Bolsa Verde do Rio irá vender cotas de carbono, pois o estado do Rio será um dos primeiros a ter um sistema estadual de comércio de carbono. "Também irão vender cotas de direito de lançamento de dejetos químicos na Baía de Guanabara, porque eles [os criadores da bolsa] entendem que as empresas que estão poluindo têm um direito adquirido de lançar poluição, então, vão distribuir cotas e depois as empresas que se entendam entre elas. Vão vender ainda créditos de carbono oriundos de um acordo com o Acre, que também tem uma lei estadual que vai gerar carbono. E para meu estarecimento final, eles venderão cotas das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), porque é um pré-requisito da economia verde a segurança para o consumo. Então, as empresas têm que investir na infra-estrutura social. É o que já está acontecendo, pois quem banca uma série de UPPS no Rio de Janeiro não é o orçamento público, mas o Eike Batista, que fez uma doação", relatou.

### **Soluções para a crise do capitalismo**

Os participantes do seminário conversaram ainda sobre as práticas e experiências que os movimentos sociais, comunidades e entidades da sociedade civil já acumularam na direção de outras soluções para a crise do capitalismo. Para o economista Marcus Arruda, do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), entre as estratégias para derrubar falsas soluções como a da economia verde, é preciso construir uma nova sociedade, mesmo dentro das condições adversas do capitalismo. Ele citou entre os exemplos de experiências de "uma outra economia", a economia solidária. "É um nome bonito e inovador, mas a luta é por uma sociedade socialista e democrática, porque o objetivo é quebrar o sistema de propriedade e de distribuição da riqueza que o capitalismo instaurou e transformou num paradigma. No Ceará, há uma cooperativa de trabalhadores rurais que produz algodão orgânico, eles não têm patrão, a terra é de propriedade da cooperativa, cada família que trabalha e produz é co-proprietária e co-gestora de um empreendimento. Ali, nesse espaço micro, o capitalismo morreu, já cedeu espaço para uma outra forma de organizar e gerir a produção", descreveu.

De acordo com o economista, existe uma noção equivocada de que a economia solidária é um conjunto de cooperativas e associações auto-gestionadas dispersas pelo mundo. "A economia solidária é muito mais do que isso, é um projeto de uma outra economia. Essa cooperativa do Ceará, por exemplo, faz parte de uma cadeia produtiva do algodão orgânico que é toda trabalhada de forma solidária, vendendo os produtos umas para as outras desde a matéria prima até as roupas, que são o produto final. Dessa maneira, enquadram e encaixam dezenas de cooperativas num processo de produção solidário, que depois leva os produtos para mercados no Brasil e no exterior", completou.

Jean Marc, da ASPTA, ressaltou que atualmente há melhores condições para os movimentos sociais reafirmarem a urgência e viabilidade de práticas contra-hegemônicas como a agroecologia. "Na ECO 92, nós tínhamos no mundo um conjunto de experiências ainda bastante precário, com muitas esperanças, mas com poucas evidências. Apenas começava-se a falar da agroecologia como uma alternativa estrutural para a crise da agricultura. Hoje, nós temos essas informações e esses comprovantes, inclusive por organismos como a FAO. Há várias evidências de que a agroecologia é capaz de alimentar o mundo e é extremamente poupadora de insumos não renováveis. E também está evidente que a agroecologia bate de frente com qualquer solução capitalista", afirmou.